

MILAGRES-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - CEARÁ

PROFESSOR POLIVALENTE



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Milagres - CE
Professor Polivalente

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade e linguagem não-verbal.....	1
Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucional, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta e outros.....	5
Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado; Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Transitividade e regência de nomes e verbos.....	14
Pontuação.....	21
Coesão e coerência.....	24
Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.....	25
Norma culta.....	28
Ortografia.....	28
Acentuação.....	32
Emprego do sinal indicativo de crase.....	34
Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	36
Classes de palavras; Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	37
Regência.....	48
Concordância nominal e verbal.....	51
Flexão verbal e nominal; campos semânticos. Emprego de tempos e modos dos verbos em português.....	54
Sintaxe de colocação; Padrões gerais de colocação pronominal no português.....	57
Produção textual.....	59
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos.....	64
Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos e divisão silábica.....	66
Estilística: figuras de linguagem.....	67
Reescrita de frases: substituição, deslocamento e paralelismo.....	74
Questões.....	82
Gabarito.....	91



MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio Lógico	1
Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações	4
Razão e Proporção.....	10
Geometria Plana.....	13
Geometria Espacial	18
Regra de três simples e composta.....	29
Porcentagem e Juros Simples.....	30
Sistema Lineares.....	34
Progressão Aritmética e Geométrica.....	38
Análise Combinatória e Probabilidade	43
Estatística: média, moda e mediana	51
Trigonometria no Triângulo Retângulo	53
Sequência lógica	56
Álgebra básica.....	59
Questões	63
Gabarito.....	71

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

História de Milagres. Aspectos geográficos e Municípios circunvizinhos. Emancipação e Fundação da Cidade. Promulgação da Lei Orgânica da Cidade. Administração Municipal. Fatores Econômicos da Cidade	1
Estatuto do Servidor	7
Questões	8
Gabarito.....	14

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

Educação, escola, professores e comunidade.....	1
Papel da didática na formação de educadores	1
A revisão da didática	4
O processo de ensino. Os componentes do processo didático: ensino e aprendizagem. Didática e Metodologia. O processo de ensinar e aprender	5
Tendências pedagógicas no Brasil e a didática	15
Aspectos fundamentais da Pedagogia.....	18

SUMÁRIO



Disciplina, uma questão de autoridade ou de participação? O relacionamento na sala de aula.....	22
O compromisso social e ético dos professores.....	25
O currículo e seu planejamento.....	26
O Projeto Pedagógico da escola.....	39
O Plano de Ensino e Plano de Aula.....	43
Relações professor-aluno: a atuação do professor como incentivador e aspectos socioemocionais.....	49
O planejamento escolar: importância. Requisitos gerais.....	55
Os conteúdos de ensino. A relação objetivo-conteúdo-método.....	58
Avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação. Princípios da avaliação.....	59
Superação da reprovação escolar.....	65
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96, de 1996 e atualizações: do Ensino Fundamental; da Educação de Jovens e Adultos; da Educação Especial.....	66
A LDB e a formação dos profissionais da Educação.....	99
Temas contemporâneos: bullying.....	102
O papel da escola.....	104
A escolha da profissão.....	105
Teorias do currículo.....	105
Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola.....	108
Gestão da aprendizagem.....	108
Planejamento e gestão educacional.....	121
Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.....	123
O professor: formação e profissão.....	126
Questões.....	130
Gabarito.....	138

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069/1990.....	1
Avaliação: concepções e funções.....	67
Prática educativa interdisciplinar.....	67
Jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem.....	71
Função do planejamento: uma ação coletiva.....	73
Diretrizes funcionais e legais da Educação Inclusiva.....	76
Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento.....	81
Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar.....	91

SUMÁRIO

SUMÁRIO



O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.....	95
Recreação: atividades recreativas	101
Aprendizagem: leitura/escrita	103
Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático.....	105
Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos/atividades pedagógicas	107
Métodos de alfabetização.....	114
Tendências pedagógicas	116
Papel do Professor	119
Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget e Paulo Freire.....	121
Psicologia da Educação	128
A psicogênese e a educação.....	131
A psicologia dialética e a educação.....	134
O desenvolvimento infantil, inteligência, afetividade e o corpo na aprendizagem	138
Psicomotricidade	141
Literatura Infantil.....	145
Letramento e alfabetização	148
A construção dos conhecimentos matemáticos e científicos pela criança	150
Desenvolvimento das noções de tempo e espaço pela criança	154
O cotidiano na construção do conhecimento histórico e geográfico	157
O lúdico na aprendizagem.....	160
A recreação e os jogos no desenvolvimento infantil	172
O papel das artes na educação infantil	173
A rotina na educação infantil	176
Educação inclusiva na educação infantil.....	179
Literatura infantil.....	182
O registro do desenvolvimento infantil como avaliação	182
Corporeidade e aprendizagem na educação infantil	185
Questões	189
Gabarito.....	195

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A Administração Pública: princípios da Administração Pública	1
Poderes administrativos	7
Atos administrativos	18
Licitações e contratos administrativos.....	35
Serviços públicos.....	84
Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; Cargo, emprego e função pública	89
Órgãos públicos.....	107
Improbidade administrativa	110
Processo administrativo	125
Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º; dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º; dos Direitos Sociais – arts. 6º ao 11º; da Nacionalidade – arts. 12º e 13º; dos Direitos Políticos – arts. 14º ao 16º; da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º; dos Municípios – arts. 29º ao 31º; da Administração Pública – arts. 37º ao 41º.....	132
Questões	170
Gabarito.....	178

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Algoritmos e Programação de Computadores: fundamentos, construção e análise de algoritmos, pseudocódigos, fluxogramas, programação estruturada (Python, JavaScript etc.).....	1
Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	6
Arquitetura de computadores. Dispositivos de Entrada e Saída: conceitos, tipos, funcionamento e instalação.....	8
Procedimento de backup e recuperação contra desastres	15
Sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11)	17
Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace)	34
Importação e Exportação de Dados: tipos de documentos e formatos, conversões, importação e exportação	103

SUMÁRIO



Rede de Computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa e aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	104
Grupos de discussão.....	111
Redes sociais	114
Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (Email do Windows, Mozilla Thunderbird e similares).....	118
Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord etc.).....	130
Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft etc.).....	131
Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.)	135
Ambientes Corporativos: serviços de rede, autenticação e autorização, domínio, compartilhamento de pastas e recursos.....	143
Questões	145
Gabarito.....	155

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



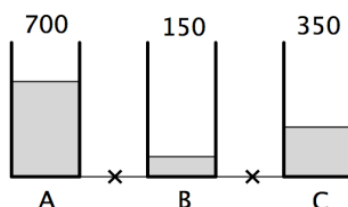
PROBLEMAS LÓGICOS

Resolver problemas lógicos envolve interpretar informações, identificar relações e estruturar raciocínios que levem a uma conclusão válida. Esse tipo de exercício exige atenção, organização e a aplicação de diferentes estratégias para analisar padrões, estabelecer conexões e eliminar possibilidades incorretas. A lógica está presente em diversas situações do dia a dia, desde tomadas de decisão até a resolução de desafios matemáticos. Com a prática, é possível aprimorar a capacidade de raciocínio e encontrar soluções de forma mais rápida e eficiente.

Veja alguns exemplos:

1. (FGV)

Em um prédio há três caixas d'água chamadas de A, B e C e, em certo momento, as quantidades de água, em litros, que cada uma contém aparecem na figura a seguir.



Abrindo as torneiras marcadas com x no desenho, as caixas foram interligadas e os níveis da água se igualaram.

Considere as seguintes possibilidades:

1. A caixa A perdeu 300 litros.
2. A caixa B ganhou 350 litros.
3. A caixa C ganhou 50 litros.

É verdadeiro o que se afirma em:

- (A) somente 1;
- (B) somente 2;
- (C) somente 1 e 3;
- (D) somente 2 e 3;
- (E) 1, 2 e 3.

Resolução:

Somando os valores contidos nas 3 caixas temos: $700 + 150 + 350 = 1200$, como o valor da caixa será igualado temos: $1200/3 = 400$ l. Logo cada caixa deve ter 400 l.

Então de A: $700 - 400 = 300$ l devem sair

De B: $400 - 150 = 250$ l devem ser recebidos

De C: Somente mais 50l devem ser recebidos para ficar com 400 ($400 - 350 = 50$). Logo As possibilidades corretas são: 1 e 3

Resposta: C.

2. (FGV)



MILAGRES NO CONTEXTO REGIONAL DO CEARÁ

O município de Milagres está localizado no Estado do Ceará, na Região Nordeste do Brasil, integrando a área interiorana cearense conhecida por forte presença de tradições sertanejas, práticas agrícolas, vida comunitária intensa e vínculos históricos com a ocupação do Cariri e de suas áreas próximas.

Milagres pertence ao sul do Ceará, região marcada pela influência histórica do Cariri, embora o município também mantenha relações com áreas de transição entre o sertão e os espaços mais úmidos do sul cearense. Sua posição geográfica favoreceu, ao longo do tempo, a circulação de pessoas, mercadorias, práticas religiosas, atividades agrícolas e vínculos comerciais com municípios próximos. Essa localização ajuda a explicar a formação da cidade, seus caminhos de crescimento e sua importância regional.

Outro ponto importante é a Lei Orgânica Municipal. Ela funciona como a “Constituição do Município”, estabelecendo princípios de organização política, competências municipais, funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo, direitos dos cidadãos, regras administrativas, políticas públicas e instrumentos de participação popular. Em provas municipais, a Lei Orgânica costuma ser tema de cobrança direta, principalmente quando o edital menciona legislação local.

A administração municipal também merece atenção. O município brasileiro é ente federativo autônomo, conforme a Constituição Federal de 1988. Isso significa que Milagres possui governo próprio, formado pelo Poder Executivo, exercido pelo prefeito, e pelo Poder Legislativo, exercido pela Câmara Municipal. Essa estrutura permite ao município legislar sobre assuntos de interesse local, prestar serviços públicos, arrecadar tributos municipais e executar políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, urbanismo e desenvolvimento econômico.

HISTÓRIA DE MILAGRES- CE

A história de Milagres está ligada aos processos de ocupação do interior cearense, especialmente ao avanço de famílias, criadores, agricultores, comerciantes e religiosos por áreas sertanejas e de transição regional. Como ocorreu em muitos municípios do Ceará, a formação do povoado esteve associada à ocupação rural, à religiosidade católica, ao surgimento de núcleos populacionais em torno de capelas, fazendas, caminhos de passagem e pontos de comércio.

O nome “Milagres” remete a uma forte dimensão religiosa e simbólica. Em diversos municípios nordestinos, nomes dessa natureza estão relacionados à devoção popular, a promessas, acontecimentos considerados extraordinários ou à proteção atribuída a santos e manifestações de fé.

Em 1703, um senhor de engenho da Vila Real de Goiana, na Capitania de Pernambuco, solicitou e obteve do capitão-mor Jorge de Barros Leite as terras do Riacho dos Porcos. No pedido de sesmaria, o fazendeiro Bento Correia Lima informou que ele e seu primo João Dantas Aranha pretendiam povoar as terras que, segundo eles, eram devolutas. Em 1704, Bento Correia Lima voltou a solicitar as mesmas terras, informando mais uma vez que iria ocupá-las. No entanto, até 1723, quando fez o sexto pedido de posse dessas terras, ainda não as havia ocupado efetivamente.

Entre os anos de 1690 e 1730, o conflito entre os indígenas Kariri, sublevados contra os colonizadores que pretendiam ocupar as terras das tribos que se haviam instalado nos sertões, impediu o capitão Bento Correia Lima e João Dantas Aranha de ocuparem suas novas propriedades do Riacho dos Porcos. A Guerra dos Bárbaros, como ficou conhecida a Confederação dos Cariris, se impôs como uma verdadeira barreira contra os projetos colonizadores da Coroa Portuguesa nos sertões do Nordeste. Porém, na década de 1730, a vitória dos colonos já se impunha como inevitável, e os fazendeiros criadores de gado, provenientes das capitanias de Pernambuco, Sergipe e Bahia, avançaram com seus rebanhos em direção aos sertões do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí.



Didática e Legislação

A **educação** é imprescindível para a formação do cidadão e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade, sendo responsável por **multiplicar o conhecimento e desenvolver habilidades que favoreçam a atuação dos indivíduos em suas comunidades**.

Assim, podemos entender a educação como **instrumento transformador**, cuja principal função é permitir a renovação da sociedade, movimentando a estrutura social de forma contínua, bem como, promover a reflexão e encaminhar as tomadas de decisões para o futuro.

Nesse contexto, a escola é responsável por ensinar o aluno a **desenvolver e ampliar suas percepções de mundo** e conscientizá-lo a respeito de seus **direitos e deveres com a sociedade**, trabalhando para a formação de cidadãos atuantes, que contribuem com o bem estar de todos. Além disso, cabe à escola instruir o aluno na **construção de sua carreira profissional**.

Quando pensamos a cerca das concepções de escola e educação, precisamos considerar que a **escolas** são entendidas como **locais de transformação da sociedade**, trabalhando sobre o processo de conscientização da própria realidade do estudante, envolvendo temas relacionados à prática social, que se realiza nas experiências pessoais levadas pelos alunos à sala de aula.

No que se refere às concepções educacionais, estas envolvem três níveis. O primeiro nível é a **filosofia da educação** que busca explicitar suas finalidades e valores, expressando uma visão geral sobre o homem, o mundo e a sociedade. O segundo nível, da **teoria da educação**, sistematiza os conhecimentos disponíveis, permitindo a compreensão do papel da educação na sociedade. Com isso, a pedagogia, estabelece os métodos, processos e procedimentos utilizados no fazer educativo, com o propósito de garantir sua eficácia.

Por fim, o terceiro nível refere-se à **prática pedagógica** propriamente dita, ou seja, refere-se ao modo como é organizado e realizado o processo educativo.

É preciso considerar a existência das concepções educacionais formuladas com base nas escolas tradicionais, tecnicistas e escolanovistas, as chamadas **teorias acrílicas** que consideram o descompromisso da escola com as transformações sociais, privilegiando a cultura da elite dominante e contribuindo com a imobilidade social e econômica.

Portanto, podemos entender a expressão “concepções educacionais” como as diferentes formas pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada. Na história da educação, de modo geral, produziram-se diferentes concepções, que transitam entre a escola enquanto agente transformador da sociedade, responsável pela formação de cidadãos conscientes e atuantes dentro de suas comunidades e a escola descompromissada com a transformação da sociedade, privilegiando a elite dominante e formando indivíduos conformados com a realidade social para integrarem a massa trabalhadora.



Papel da didática na formação de educadores

O Papel da Didática na Formação dos Professores

Para iniciar, destaca-se o que se entende por educador. Para tanto, recorre-se a Luckesi, explicando que o educador é o profissional que se dedica à atividade de, intencionalmente, criar condições de desenvolvimento de condutas desejáveis, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista do grupamento humano.

O autor caracteriza o professor como sendo aquele que passa por um processo formal de aquisição de conhecimentos e habilidades, garantidos por uma instituição oficial para o magistério, através de processos de aprendizagem estruturados¹.

¹ LIMA VERDE, Eudócio Soares. *Didática e seu objeto de estudo*. Teresina: EDUFPI, 2019.



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)



Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.



Algoritmos

Um algoritmo é uma receita que define uma tarefa passo a passo, posteriormente este algoritmo é convertido em uma linguagem de computador para que uma tarefa seja executada. Em termos mais técnicos, podemos dizer que um algoritmo é uma sequência finita e lógica que é definida por instruções que devem ser seguidas para resolver uma tarefa.

Como dissemos, um algoritmo é uma definição de sequência de operações, no nosso dia a dia utilizamos algoritmos intuitivamente, por exemplo, vejamos abaixo:

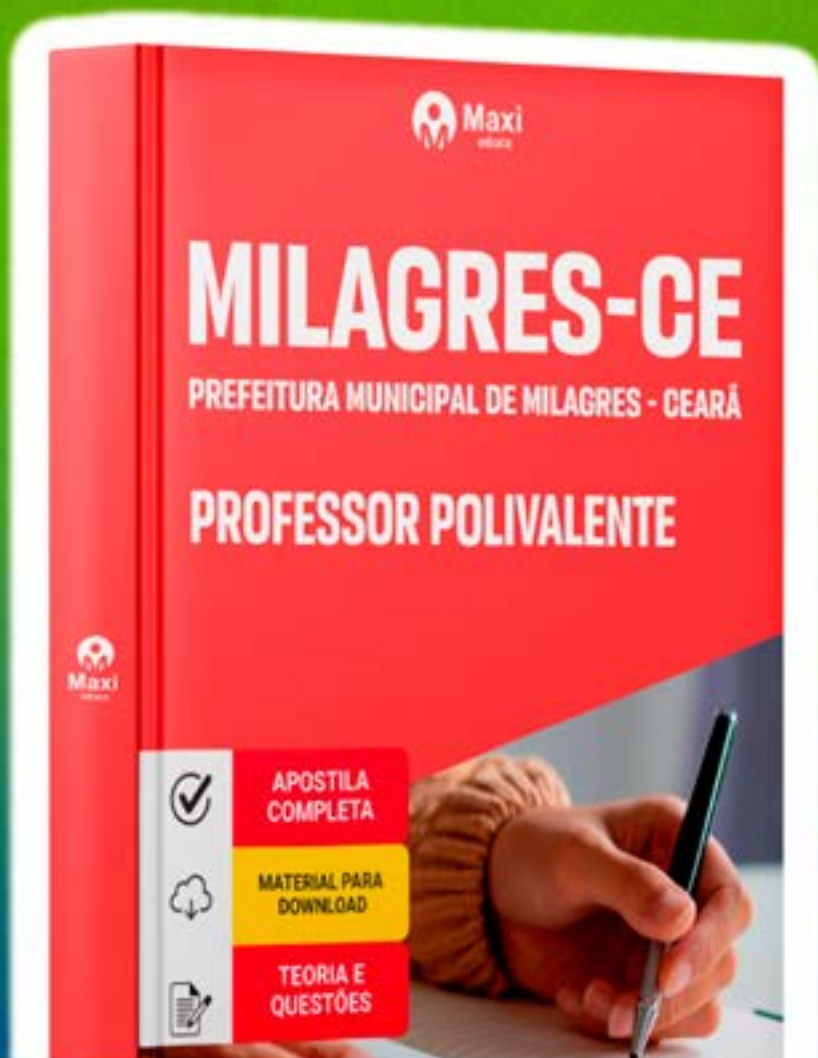
ALGORITMO PARA A TROCA DE UMA LÂMDADA
Início
Verifica se o interruptor está desligado;
Procura uma lâmpada nova;
Pega uma escada;
Leva a escada até o local;
Posiciona a escada;
Sobe os degraus;
Para na altura apropriada;
Retira a lâmpada queimada;
Coloca a lâmpada nova;
Desce da escada;
Aciona o interruptor;
Se a lâmpada não acender, então:
Retira a lâmpada queimada;
Coloca outra lâmpada nova
Senão
Tarefa terminada;
Joga a lâmpada queimada no lixo;
Guarda a escada;
Fim

Pseudocódigos

É uma forma intermediária de representação de algoritmos, que utiliza uma combinação de linguagem natural e estrutura de programação. Não segue a sintaxe estrita de uma linguagem de programação específica, mas é detalhado o suficiente para ser transformado em código.

Fluxogramas

O fluxograma é a representação gráfica do algoritmo. O fluxograma utiliza-se de figuras que iniciam uma sequência de operações e finalizam esta sequência, demonstrando assim de forma lógica as operações.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!